

OS BLOCOS ECONÔMICOS: A IMPLOÇÃO DO MITO DA LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL SOB A ÉGIDE DO GATT (?)

*Argemiro Luís Brum**

A idéia de uma liberalização do comércio mundial, em gestação sobretudo a partir da reunião da Rodada Uruguaí do GATT em setembro de 1986, parece cada vez mais distante da realização, embora o esforço para que um acordo final aconteça antes de 1992. Assim, em função dos recentes fracassos das negociações do GATT e talvez como prevenção às limitações de um tal acordo, assistimos a uma aceleração do processo de estruturação de blocos econômicos pelo mundo afora.

Em outras palavras, a idéia de um comércio multilateral, cara ao GATT, está dando lugar, rapidamente, à construção de blocos que tendem a favorecer o comércio bilateral. Mas uma outra hipótese é plausível: a proliferação de zonas de livre-comércio pode vir a ser uma primeira etapa de uma posterior liberalização da economia mundial sob a égide do GATT.

Particularmente, ficamos com a idéia de que a aceleração na generalizada construção dos blocos econômicos no Mundo é uma busca regional de determinados países para poderem fazer frente à concorrência internacional, que tende a se acirrar diante dos poucos resultados que estão sendo esperados do GATT.

1 - A nova ordem internacional e os blocos econômicos

Em primeiro lugar, é preciso dizer que assistimos a uma multiplicação de blocos econômicos, porém dentro de um contexto diferente do existente até meados da década de 80. Isto é, temos que ter cuidado para não misturarmos as coisas. Assim, após a implosão do Leste Europeu, pouca coisa se guarda da antiga estrutura "Leste-Oeste". Hoje, assistimos à estruturação de novos tipos de blocos econômicos, junto aos mais diferentes grupos de países capitalistas, com o objetivo de valorizar o livre-comércio como mola-mestra de seu funcionamento. Por trás desse comportamento, a pressão norte-americana é evidente, e a idéia de uma nova ordem econômica internacional deve ser inserida. Nela, o conflito Norte-Sul tende a se instalar em toda a sua amplitude!

Essa nova ordem não se refere apenas às mudanças políticas ocorridas recentemente e que desmontaram a antiga estrutura que alimentava a "guerra fria". Na verdade,

* Professor da Universidade de Ijuí (FIDENE/UNIJUÍ) e representante das COTRIJUÍ, FECOTRIGO, UNI-COOP e COOAGRI junto à Comunidade Econômica Européia (CEE).

a nova ordem internacional, cara ao Presidente Bush dos EUA, refere-se, fundamentalmente, à estruturação de uma dinâmica econômica junto à qual a liberalização das economias mundiais é o centro de ação. Em outras palavras, a teoria clássica das vantagens comparativas ganha força e coloca em xeque toda e qualquer tentativa de protecionismo econômico. O grande instrumento internacional para que tal idéia vingue tem sido o GATT, através de sua Rodada Uruguai.

Não iremos aqui analisar os efeitos das negociações do GATT através do confronto direto entre liberais e protecionistas, assunto que pretendemos estudar num futuro artigo. Porém parece-nos importante salientar que a demora na obtenção dos resultados, através desse instrumento maior, tem levado os países, em especial os desenvolvidos, a buscarem formas de proteção não mais isoladamente, mas sob a tutela do "bloco econômico". A "iniciativa para as Américas", lançada pelo presidente dos EUA, deve ser vista nesse contexto.

Apõe-se a esse raciocínio, um segundo, na linha da complementaridade. É possível que tal encaminhamento sirva, no longo prazo, aos interesses de quem prega a liberalização da economia mundial, na medida em que a proliferação de diferentes blocos, com uma posição idêntica, possa facilitar a instalação da nova ordem internacional.

1.1 - A multiplicação dos blocos econômicos

Em primeiro lugar, temos a Comunidade Econômica Européia, que, desde 1957, se constitui em bloco econômico, sobretudo no que tange ao Setor Primário. Sua integração, prevista para 1993, mas que de fato deverá terminar apenas no final da atual década de 90, visa transferir as vantagens e a prática do "mercado comum" agrícola para todos os setores da economia. Nesse sentido, uma moeda única seria criada (possivelmente o ECU), assim como um Banco Central único. É possível, igualmente, que até o ano 2000 alguns países do Leste Europeu integrem a CEE (potencialmente, temos a Polônia, a Hungria e a Tchecoslováquia, não esquecendo que a RDA já faz parte da CEE, na medida em que foi incorporada à Alemanha Ocidental), e também outros países da Europa que já se candidataram, tais como a Suécia e a Áustria. Na verdade, o objetivo final da CEE é o de incorporar, com o tempo, todos os países da Europa, inclusive a URSS.

No que tange ao mercado agrícola, a CEE tende a se tornar mais forte ainda. Uma relativa baixa no protecionismo existente para os cereais e produtos animais poderá acontecer, porém tudo indica que o apoio à produção de oleoproteaginosas continuará (hoje a CEE tem uma auto-suficiência de apenas 30% nesse setor, quando o objetivo é de chegar pelo menos a 50%). Assim, em termos de produção agropecuária, ela é praticamente auto-suficiente em tudo. Entretanto é e continuará sendo o maior mercado solvável do Mundo. Teríamos muito que aproveitar de sua tecnologia primária através de acordos, assim como devemos ser capazes de conservar o espaço que ali conquistamos como fornecedores de produtos primários, sobretudo grão e farelo de soja.

Em segundo lugar, temos a concretização do Tratado de Livre Comércio entre os EUA, o Canadá e o México. Temos aí a construção de um bloco econômico com cerca de US\$ 8,2 trilhões e 357 milhões de pessoas. Tudo indica que os EUA serão os grandes fornecedores de alimentos no interior desse mercado, salvo, talvez, as frutas e os

legumes, onde o México seria mais competitivo. Mas o mais importante nesse caso é o fato de que os EUA tendem a utilizar esse tratado como trampolim para fazer vingar a sua "iniciativa para as Américas". Esta nada mais é do que a tentativa de criar um bloco econômico único em toda a América. US\$ 1,5 milhão já foi recentemente liberado para tal fim, e o seu destino é bem definido: privatizações; estímulo às pequenas e às médias empresas; extensão dos mercados locais de capitais.

Por trás dessa iniciativa, os EUA teriam dois objetivos: a) guardar o domínio econômico dessa região face à ameaça européia e japonesa; b) impedir o surgimento e/ou absorver os blocos econômicos existentes no interior do continente americano, tipo o MERCOSUL e o acordo entre determinados países andinos aliados ao México.

Em terceiro lugar, temos o MERCOSUL! Frente ao contexto mundial de hoje, o fortalecimento econômico do sul da América Latina, entre países subdesenvolvidos, é fundamental se ela não quiser ver seu destino absorvido completamente pelos outros blocos maiores. Com a criação do MERCOSUL, se ele for bem estruturado, pode-se criar uma importante zona econômica, que dará peso aos governos dos países-membros no momento de negociar o futuro econômico da região a nível mundial. É claro que isso exigirá uma forte competitividade de nossa parte. Agora, se não formos capazes de competir frente à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai, que tipo de economia teremos condições de enfrentar pelo mundo afora? E aonde estaria a coerência com o discurso liberalista defendido junto ao GATT?

Dito isso, seria ingenuidade ignorarmos que o desafio é enorme e que a seleção junto ao sistema produtivo será violenta. Um passo importante para melhor absorvê-la, e mesmo atenuá-la, é o de aumentarmos rapidamente o nosso mercado interno. Quanto mais forte e maior ele for, mais condições teremos de fazer frente à competição no interior do MERCOSUL. Ao mesmo tempo, estaremos mais estruturados para negociar com os países de outros blocos. Isso tudo porque, particularmente, acredito que o processo é sem retorno. Ou nos preparamos para nele participarmos e sermos os melhores, ou vamos acabar sendo eliminados, no máximo empurrados economicamente.

Um quarto bloco a destacar, ainda na América Latina, é o que estaria sendo formado pelo México, Venezuela e Colômbia. Esses três países decidiram criar uma zona de livre-comércio que começaria a funcionar em meados de 1994. Por enquanto, o acesso aos respectivos portos já está liberado. Mais adiante, igualmente os setores do transporte, das comunicações, da energia elétrica serão envolvidos no acordo. Consta que os países da América Central irão participar, numa segunda fase (possivelmente após 1994), deste bloco.

Em quinto lugar, podemos assinalar que, igualmente do lado dos "tigres asiáticos", a estruturação de um bloco econômico começa a se desenhar. Na verdade, sob a iniciativa da Malásia, estaria começando a ser estruturado um bloco econômico na Ásia do Leste. Tal bloco seria composto pelos membros da Associação das Nações da Ásia do Sudeste (ASEAN): Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia; mais os três países da Indochina: Vietnã, Cambodja e Laos; assim como o Japão, a China, Taiwan (Formosa), Coréia do Sul e Hong Kong.

Sem dúvida nenhuma, caso se constituir, esse bloco será muito importante. É uma região que, potencialmente, tem as melhores condições para ser uma forte consumidora de produtos agropecuários do Ocidente, na medida em que começa a modificar seus hábitos alimentares. Muitos de seus membros são extremamente solváveis! Por outro lado, nos serviços e nos aparelhos eletroeletrônicos, esse bloco terá tendência a liderar

boa parte da economia mundial. Precisariamos construir rapidamente um espaço econômico nesta região do Mundo!

Enfim, a África começa a se mobilizar em busca igualmente da criação de um bloco econômico. Os países sob influência francesa, a chamada Zona Franca (do nome da moeda francesa), estão criando um mercado único, tendo como exemplo o da CEE. Inicialmente, a união deverá privilegiar os seguintes setores: seguros, poupança, direito das empresas, etc. Os países que estão envolvidos nesse bloco seriam: Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal, Togo, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial, Chad e a República de Comores.

2 - A Iniciativa para as Américas: a busca de um mercado cativo

Em que produtos os países da América Latina teriam condições de competir com os EUA e com o Canadá dentro de um mercado livre? A resposta é relativamente simples: no contexto econômico e na estrutura de produção atual, na qual o desperdício e a ineficiência se impuseram na maioria dos casos, as chances de fazermos frente à concorrência dos dois países citados acima são mínimas. Por sua vez, os EUA e o Canadá terão as portas abertas para uma intervenção econômica importante, onde a exploração da mão-de-obra, já no limite do possível, será a tônica, na medida em que nossa especialização é muito fraca e vem se degradando. Ao mesmo tempo, a exploração dos recursos naturais, do comércio e dos investimentos será completamente livre.

Segundo certos analistas, a estratégia da "Iniciativa para as Américas", nascida em junho de 1990 e dotada de um orçamento inicial de US\$ 300 milhões, corresponde a uma nova moldura do "modelo" estabelecido durante os anos 80 pelo Banco Mundial e o FMI. Tal "modelo" visava colocar em prática acordos de livre-comércio e abrir ainda mais as economias latino-americanas às multinacionais, em troca de uma redução limitada da dívida externa. Um de seus principais objetivos era o de relançar as exportações dos EUA, que tinham diminuído US\$ 130 bilhões entre 1982 e 1988.¹

Hoje, essa nova moldura, estrategicamente, enquadra, inicialmente, o México, país cujo presidente é extremamente favorável à iniciativa norte-americana e que possui o maior número de empresas públicas passíveis de serem adquiridas pelos norte-americanos.

Afora isso, juntamente com o Canadá, o acordo da América do Norte estabelece uma evidente divisão do trabalho na região. Nela, o Canadá fornecerá as fontes minerais e energéticas a preços baixos; o México entrará com a mão-de-obra e os produtos alimentares igualmente a preços baixos; enquanto os EUA deverão exercer o seu controle financeiro, industrial e tecnológico sobre o conjunto.

¹ PETRAS, J. & MORLEY, M. (1991). Au nom du libre-échange: Washington à l'assaut du continent américain. *Le Monde Diplomatique*, Paris:26, mai. (os dois autores são, respectivamente, Professor de Sociologia na Universidade do Estado de Nova York, Binghamton; e Professor de Ciências Políticas na Universidade Macquarie, Sydney/Austrália, pesquisador junto ao Council on Hemispheric Affairs, Washington).

Naturalmente, o Governo mexicano vê o outro lado da questão. Com o acordo, ele espera uma maior inversão de capitais estrangeiros, assim como um aumento da competitividade de suas empresas a nível internacional. Entretanto, apesar das boas intenções do Governo mexicano, como ignorar que os EUA estão colocando em prática uma estratégia de dominação regional? Além da prática de conversão da dívida externa, incluída no conhecido Plano Brady, a qual permite a tomada do controle das empresas mexicanas ao mesmo tempo em que evita novos investimentos, é bom não esquecermos que o acesso às montadoras mexicanas permite a prática de baixos salários. É neste último caso que boa parte da competitividade norte-americana deverá crescer, na medida em que o salário médio no México chega a 84 centavos de dólar por hora, enquanto no Canadá e nos EUA ele atinge, respectivamente, 12 e 10 dólares a hora.

3 - Conclusões

Percebemos claramente que existe um confronto de pontos de vista no que tange à estruturação e à participação em blocos econômicos. Fica evidente que a participação em tais blocos merece um estudo aprofundado e setorial em cada país, a fim de bem analisarmos não só as conseqüências econômicas de tal empreendimento, mas, sobretudo, os seus efeitos sociais no longo prazo.

Agora essa primeira lição, de caráter geral, duas outras podemos destacar da atual evolução econômica mundial. Em primeiro lugar, os três grandes do Mundo, EUA, CEE e Japão, procuram estruturar as suas zonas de influência a fim de melhor se equipararem para enfrentar a competição que se desenha no horizonte. Em segundo plano, algumas potências, tipo a França, procuram estimular o surgimento de blocos que possam lhes ser úteis nesse confronto, como o caso da Zona Franca citada anteriormente.

Em segundo lugar, ficar ausente dessa reestruturação mundial, através da negação dos blocos, como é o caso do MERCOSUL, por exemplo, pode ser um erro estratégico igual ao de querer transformar a economia brasileira numa autarquia. Entretanto participar de um bloco econômico não quer dizer aceitar a sua construção pela imposição. Pelo contrário, o que precisamos, com urgência, é criarmos as condições para propormos idéias segundo nossas necessidades. Em outras palavras, participar desse contexto mundial atual requer o conhecimento da realidade e a tomada de consciência dos efeitos que tal postura provocará sobre o nosso sistema produtivo e suas conseqüências sobre a sociedade como um todo. Isso significa dizer que não devemos ficar marginalizados do processo mundial, porém a integração no mesmo, através de uma participação proveitosa, exige que tenhamos um projeto econômico, social e político coerente com os nossos anseios de sociedade. A questão essencial que se coloca hoje, diante de nós, é, portanto, a seguinte: temos nós brasileiros esse projeto?